

Jornal da Tarde

18/7/1986

TRABALHO

O APELO DOS EMPRESÁRIOS

Que o governo faça cumprir a lei. E garanta o direito ao trabalho.

Após reunir ontem os presidentes dos 111 sindicatos patronais que a integram, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo divulgou seu "Apelo ao bom senso e à responsabilidade", documento que, segundo o coordenador do Grupo 14, Roberto Della Manna, reflete a preocupação desses empresários e da Fiesp sobre "o momento econômico e político que atravessamos".

Della Manna, que também é diretor do Departamento de Cooperação Sindical da Fiesp (Desin), disse que após as reuniões entre empresários e destes com os ministros das áreas econômica e trabalhista do governo, "a situação das greves em São Paulo piorou ainda mais".

Segundo Della Manna, o documento, assinado pelo presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, reproduz o pensamento de consenso entre os sindicatos patronais a respeito da onda de greves que "se agrava, pondo em risco a estabilidade do cruzado".

O documento da Fiesp manifesta "seu repúdio aos insufladores de greves, ao descumprimento de acordos e convenções trabalhistas, à atitude impensada dos que se aproveitam da hora difícil para conquistar vantagens em detrimento do bem maior de todos", afirma que "cabe às autoridades fazer cumprir a lei, quando o direito ao trabalho e à incolumidade da propriedade é desrespeitado ao arremisso da lei"; e diz ter certeza de que "os fiscais de Sarney não de continuar vigilantes, não só no controle dos preços, mas também na denúncia dos atos impatrióticos, como o de insuflar greves com objetivos políticos".

Em Porto Alegre, o presidente do grupo Gradiente, Eugênio Emílio Staub, citou nominalmente a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT) como dois segmentos que "apostam no fracasso do plano de estabilização da economia, disse que os trabalhadores "precisam ter paciência" e que, se é "perfeitamente justo" e inerente à democracia que eles reivindiquem aumentos salariais, é "irrazoável" que exijam reajustes altos como 70% de uma única vez.

Por sua vez, ao classificar de "algo muito próximo do terrorismo" a promoção, por integrantes do PT e CUT, dos conflitos em Leme (SP) entre bóias-frias e polícia, o presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpetter, advertiu o governo para a necessidade de "reagir, aplicando cada vez mais a lei contra os agitadores". Ele ressaltou que uma eventual impunidade — além de não ser admissível dentro de um regime democrático e institucional — poderia até mesmo servir de estímulo a esses grupos para a promoção de novos "atos de radicalismo".

"Esses partidários do 'quanto pior, melhor', uma minoria para quem o regime democrático que vigora no Brasil não serve, não podem se sentir com liberdade para não obedecer à lei", disse Johannpetter, acrescentando que "o governo tem a responsabilidade pela manutenção da ordem, e a ordem se sustenta na lei."

Depois de dizer que o presidente José Sarney conta com um "maciço apoio popular" para combater "os partidários da desordem", Johannpetter comentou que todos os países democráticos possuem e aplicam leis contra os agitadores.

No caso de Leme, o empresário condenou a ação dos piquetes. “Isso é um desrespeito aos direitos individuais, ao direito de ir e vir, de trabalhar ou não trabalhar.”

O presidente do grupo Gerdau frisou não haver dúvidas de que “os grupos que promoveram os conflitos em Leme são gente que quer confusão, e não a busca de soluções dentro de um regime de lei, de um sistema organizado e democrático. São uma minoria que quer, autoritariamente, impor a sua opinião sobre a opinião da maioria”.

(Página 7)